

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº 6

Aos vinte e nove dias do mês de Abril de mil novecentos e noventa e quatro, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, para a reunião da sessão ordinária do mês de Abril, sob a Presidência do Presidente, Rogério da Silva Leitão, Secretariado pelos Vogais António de Sousa Dinis Correia e Ernesto Carlos Rodrigues Barros, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários, este último em substituição legal do Segundo Secretário eleito e com a presença dos Vogais Manuel Rodrigues Simões, Manuel Arede de Jesus, António Vidal Simões Lisboa, António José Rangel Leite Ferreira, José Arménio Sequeira Pereira, Diogo Manuel Soares Machado, José Maria Dias da Silva, João Tavares Duarte, Carlos Manuel da Silva Santos, Olinto Henrique da Cruz Ravara, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Joaquim António Calheiros da Silveira, Raul Ventura Martins, Custódio das Neves Lopes Ramos, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Virgínia Celeste da Silva Veiga, Fernando António Portela Rocha Andrade, João Ferreira da Peixinha, João Alberto Simões Barbosa e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 18,00 Horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a presente reunião.

Prodedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Manuel Simões Madail, Fernando Tavares Marques, Manuel Branco Pontes, Élio Manuel Delgado da Maia, João Pedro Simões Dias, Gonçalo Nuno Caetano Alves, Armando Manuel Dinis Vieira, Artur da Rosa Pires,

Vitor Manuel Cepeda Mangerão, Francisco Manuel Alves da Costa Braga, Nuno Teixeira Lopes Tavares e Libério da Silva Santos.

Seguidamente o Presidente da Mesa deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentados pelos Vogais, Artur da Rosa Pires e João Ferreira da Peixinha, os quais foram aceites e consideradas justificadas as respectivas faltas.

Continuando no uso da palavra deu também nota da correspondência entretanto chegada nomeadamente da Universidade de Aveiro, do Prof. Doutor Renato Araújo a agradecer a distinção que lhe foi feita por este órgão, bem como de uma carta enviada por um grupo taxistas da cidade, na qual solicitam que a Câmara Municipal de Aveiro promova o projecto de postura Municipal, conforme a lei exige, para posteriormente ser apreciado e aprovado por esta Assembleia Municipal.

Esclareceu ainda que em relação a esta exposição dos taxistas e de acordo com o pedido dos proponentes, contactou-se o Executivo Municipal sobre o assunto, tendo este informado que o mesmo se encontra em estudo na Câmara Municipal.

Prosseguindo, deu nota de como decorreu o IX Congresso da ANMP, no qual a Câmara esteve representada, salientando que do mesmo, sobressaiu a valorização que deve ser dada indiscutivelmente ao Poder Local, por se reconhecer que este é, o que melhor conhece a realidade das populações, sendo por isso o responsável mais próximo dessa população. Acrescentou, que foi considerado ainda neste Congresso, que os interesses locais devem estar acima de todos os interesses nomeadamente políticos. Referiu também, que embora por vezes pudesse haver a impressão de haver qualquer confrontação com o Poder Central da parte dos Municípios e da ANMP, não havia qualquer pretensão de confrontação com o Poder Central, havia sim, uma reivindicação de determinado poder que se desejava que houvesse a nível local, mas sem entrar em confrontação com o Poder Central. O facto de se procurar o aumento de Poder Local não quer dizer que se contrarie uma determinada posição do Poder Central que é indiscutível. Foi destacado também no dito Congresso, que não se pretende que haja qualquer confrontação com o Partido Político que neste momento está no Governo.

Ainda a propósito deste IX Congresso, salientou que na realidade a sua mensagem está perfeitamente inserida na actual perspectiva política da Nação. A defesa dos interesses locais, sem abdicar de posições políticas; em política as posições consensuais não devem ser forçadas; a

convergência de opiniões, o desvanecer das definições partidárias, motiva posições neutras que empobrecem a participação dos cidadãos. Assim, considerou-se que o facto de se defender o Poder Local, o facto de se defender as coisas da nossa terra em primeiro lugar, não obriga a que haja convergência de opiniões políticas, a que haja um consenso generalizado, a que se abdique das posições que cada um ideologicamente tem. Não é preciso, nem convém defender o património, alinhando por uma única corrente de pensamento. Considerou-se necessário sim, discutir-se o que verdadeiramente interessa à nossa terra e saber sair vencidos quando outros apresentam razões mais válidas em defesa de interesses comuns, se soubermos proceder assim, prestamos a maior homenagem a quem participou no 25 de Abril, pensando nos ideais mais nobres de liberdade e fraternidade e contribuimos da forma mais válida e realista para perpetuar esses mesmos princípios. Entendeu-se também que as efemérides valem pelas suas consequências e a forma de as celebrar é valorizar permanentemente o que delas resultou.

No caso concreto da Assembleia Municipal de Aveiro, salientou que a mesma tem procedido dessa maneira e tudo fará para que assim continue - valorizar as coisas da nossa terra, porque é esse o primeiro objectivo, sem no entanto obrigatoriamente ter que alinhar pelos mesmos princípios, pelas mesmas ideologias.

Prosseguindo, referiu que esta Assembleia é um órgão com uma diversidade de opiniões, de ideologias de pensamentos e é assim que se deve manter, pensando sempre, em primeiro lugar na defesa dos valores da nossa terra. A finalizar, disse ser este em suma, o princípio que deve orientar de uma maneira mais marcada um verdadeiro Poder Local.

Entretanto deram entrada na sala os Vogais José Alberto Martins de Carvalho, Jorge Manuel do Nascimento e João Gabriel Ferreira Santos.

Seguidamente submeteu à votação da Assembleia as seguintes Actas:

ACTA Nº 2 - Submetida à votação da Assembleia, veio a mesma a merecer aprovação por vinte e seis votos a favor e uma abstenção.

ACTA Nº 3 - Submetida à votação da Assembleia, veio a mesma a merecer aprovação por vinte e cinco votos a favor e duas abstenções.

Seguiu-se uma declaração de voto do Vogal Cruz Tavares, nos seguintes termos: - " Há um determinado critério dos Serviços da Assembleia

na passagem das intervenções havidas aqui na Assembleia, para a acta, no que respeita ao uso, ou do discurso indirecto ou da transcrição pura e simples das intervenções. Suponho que já todos repararam, que determinadas intervenções passadas em discurso directo ficam pura e simplesmente ridículas, porque normalmente as intervenções orais têm uma transcrição escrita que é às vezes ininteligível e quando passadas em discurso indirecto ficam mais ou menos decentes em termos de português e da redacção. Eu perguntava se há de facto algum critério, se é possível tirar esse ridículo que às vezes aparece nas transcrições; eu digo ridículo, estou-me a dirigir às minhas próprias intervenções quando transcritas no discurso directo. Se há algum critério, se é possível melhorar isso, porque eu vejo, claro que aqui está o dedo da oposição, vejo que normalmente o discurso do Sr. Presidente da Câmara está transcrito em linguagem decente e discurso indirecto, o que fica muito elegante, muito distinto. Mas há determinadas passagens de elementos da Assembleia que vão no discurso directo e ficam realmente horrorosas."

Usando seguidamente da palavra o Vogal Raul Martins, começou por agradecer ao Vogal Cruz Tavares a intervenção que fez, presumindo que a mesma esteja relacionada com algumas passagens das actas que se referem especialmente a si, isto porque, a transcrição das suas intervenções estão todas no discurso directo.

Assim, face a esta problemática sublinhou que queria fazer um discurso construtivo, já que também ele, tinha algo a dizer sobre esta matéria, mas face às condições pré-históricas em que os serviços trabalham, recuou nas suas críticas. Considerou que já não se justifica trabalhar naqueles moldes, uma vez que bastava adquirir uns pequenos aparelhos adequados ao efeito, nomeadamente, gravador com sistema de pedaleiras, auscultadores, para além de um gravador decente, o qual, como se constata faz falta nesta Assembleia. Referiu que inclusivamente cedeu textos das suas intervenções aos serviços, por considerar que efectivamente trabalhar naquelas condições é desumano, é impossível. A finalizar, sublinhou que não critica os serviços, critica sim, quem poupa dinheiro com os serviços, sendo por isso de opinião que se for feito um pequeno investimento nesta área, a Assembleia terá a lucrar muito com isso em termos de actas.

Imediatamente a seguir passou-se ao período regimental de antes da ordem do dia:

## PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

Usando da palavra a Vogal Virgínia Veiga, começou por dizer que queria aproveitar este período de antes da ordem do dia para em palavras breves falar de solidariedade, liberdade de expressão e de jornalismo.

Nesta conformidade fez a intervenção que a seguir se transcreve: " Lembrando os factos: durante a última reunião, um deputado municipal eleito pelo povo de Aveiro para trabalhar nesta Assembleia, pronunciou-se sobre a actuação de um dos representantes de um órgão da Comunicação Social então presente nesta sala. Os jornalistas saíram em bloco. O assunto foi notícia, tratada de diferentes formas e, até por essa razão, falava-se dele por toda a cidade.

Porque estamos aqui eleitos para defender os grandes princípios democráticos, entre eles o dia da liberdade de expressão, e o dia de hoje se enquadra entre duas datas que historicamente simbolizam a abertura de ideias que o nosso País conquistou em 1974 - o 25 de Abril e o 1º de Maio, datas simbólicas já que a primeira assumiu significado como dia em que se rasgaram todas as mordanças, podendo assim a segunda, o Dia Internacional dos Trabalhadores, ser livremente comemorada - , gostaria de deixar aqui algumas breves palavras, emitindo uma opinião estritamente pessoal sobre o assunto.

Não vou tecer considerações sobre os mais dos factos, mas sempre gostaria de dizer que, como jornalista profissional que fui e como cidadã agora eleita para aqui representar munícipes aveirenses, muito me orgulha que profissionais da mesma classe sejam capazes de um gesto comum de solidariedade para com um colega. Independentemente de se estar ou não de acordo com o seu gesto, certo é que os jornalistas deram uma lição de solidariedade que começa a ser rara. Muito obrigada pelo exemplo.

Aprendendo com eles, queria deixar aqui uma palavra de solidariedade para com o meu camarada de bancada, Sr. Custódio Ramos. Assisti ao que então se passou e recordo que o meu colega de bancada, não tomou qualquer atitude que pudesse coarctar a liberdade de expressão de quem quer que fosse. Das suas palavras não resultou, nem directa nem indirectamente, nenhuma forma de censura, no sentido de pretender retirar o

direito de exprimir qualquer aspecto dos trabalhos que aqui decorreram. Fora assim, e, naturalmente, também eu não ficaria em silêncio.

O Sr. Custódio Ramos emitiu uma opinião, usando da palavra nos precisos limites que a lei lhe impõe mas também nos legítimos direitos que esta lhe confere, direitos de livre expressão crítica, designadamente. Falar de jornalismo ou de jornalistas não é um assunto proibido. Viria mal o dia em que tivéssemos que pensar duas vezes antes de abordar essa matéria.

Finalmente, e ainda por estarmos nesta semana tão especial, queria deixar uma palavra de saudação antecipada aos trabalhadores do nosso País. E pedir que se aproveite o dia Primeiro de Maio para lembrar a grave situação de desemprego que se vive no nosso Concelho. Os casos de miséria, de fome, estão a aumentar de dia para dia, com o gravíssimo problema de encerramento das grandes empresas e o conseqüente reflexo sobre as pequenas empresas subcontratadas. Queria pedir, aos empresários aveirenses que considerem toda esta situação, recusem alguma tendência para o luxo e a ostentação e tentem, com medidas concretas, ajudar a comemorar condignamente o Dia Internacional dos Trabalhadores.

Termino como comecei: com um apelo a menos apego individual e mais solidariedade colectiva."

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Diogo Machado, fez a seguinte intervenção: - "Completaram-se vinte anos no passado dia 25 deste mês sobre a data que ficará na História como a institucionalização formal da Democracia em Portugal.

Esta data não pode, porém, ser dissociada de uma outra que, essa sim, permitiu o nascimento da verdadeira Democracia no nosso País, impedindo a instauração em Portugal de uma ditadura, fomentada por ideologias de cariz totalitário, felizmente em desaparecimento acelerado nos tempos que correm.

Refiro-me, como é óbvio, ao 25 de Novembro de 1975 que, por si só, veio repôr a legalidade e a pureza dos valores democráticos subjacentes à Revolução de 25 de Abril de 1974.

O CDS - Partido Popular e os seus militantes e simpatizantes, democratas por educação e não por opção, não podem deixar de regozijar-se pelo facto de assim ter sido conferido um estatuto de maioria ao Povo Português, apesar de todos os disparates de uma descolonização envergonhante e para esquecer, e dos abusos e atropelos aos direitos humanos que uma vanguarda iluminada, auto-denominada democrata,

pretendeu impôr, em nome da Democracia, subvertendo os princípios e os verdadeiros valores nacionais, o seu passado e a sua história.

Vinte anos passados, o CDS - Partido Popular congratula-se com o que considera serem as verdadeiras conquistas do 25 de Abril e que são a institucionalização das liberdades cívicas e o reforço do poder local.

É certo que os tempos que vão correndo têm conduzido a uma diminuição da influência das várias comunidades locais, nomeadamente as autarquias, que vêm sendo sucessivamente sufocadas e atropeladas por um poder centralista, orgulhoso e auto-suficiente, conduzindo ao desvirtuamento da ideia de verdadeira descentralização e do reforço do poder local.

As autarquias, instituições com largo peso e tradição na história de Portugal, são a face visível do poder das populações e merecem, por isso, o maior respeito, consideração e apoio por parte dos poderes públicos, não sendo legítimo que, nas suas costas ou à sua revelia, se tomem medidas que, no fundo, contribuem para afastar as populações dos seus eleitos locais e de que é um bom exemplo a Regionalização por decreto que se vem processando em Portugal.

Sou um jovem esperançado, confiante e desejoso de colaborar, como puder e souber, para o progresso do meu País, no qual nunca deixarei de acreditar.

Integro-me numa geração sem traumas, sem complexos e sem medos ou fantasmas, que aposta decididamente no progresso do seu País, confiante de que não serão os mais velhos a impedir a concretização dos seus projectos de vida e disposta a empenhar-se a fundo pelo Portugal que todos queremos de futuro.

Se podemos e devemos agradecer-lhes as condições que nos criaram e proporcionaram, estou certo de que, e porque como dizia Amaro da Costa a juventude não é instalada, saberemos garantir a permanência dos mais altos valores nacionais dos quais todos, porque todos somos Portugueses, temos o dever e a obrigação de nos orgulhar."

Seguidamente no uso da palavra o Vogal João Peixinha, começou por dizer que aquando da construção do pontão sobre o Cais do Paraíso, a bancada do PS, alertou a Câmara para os inconvenientes que o mesmo iria provocar aos moradores do bairro do Alboi. Referiu que, apesar do Sr. Presidente da Câmara, ter dito na altura que o referido Pontão iria servir 250 trabalhadores da Firma Bóia & Irmão, toda a gente sabia que o mesmo se destinava a servir os frequentadores da Discoteca ali existente.

Os resultados estão à vista, considerando lamentável tudo o que se passa no bairro da Alboi a partir de determinadas horas da noite, desde correrias por cima dos automóveis, carros mal estacionados a impedir os acessos às garagens, bem como grandes gritarias a altas horas da madrugada. Fez questão de salientar que não é o estabelecimento em si que está em causa, pois o mesmo não emite qualquer ruído, mas sim tudo aquilo que se passa na sua zona circundante. A finalizar, fez um apelo à Câmara, para que interceda junto da PSP ou do Governo Civil no sentido de que seja feito um melhor policiamento daquela zona.

No uso da palavra o Vogal Joaquim Silveira, começou por dizer que aquilo que tem ocorrido nas últimas semanas nos órgãos da Comunicação Social a propósito das comemorações do 25 de Abril, obrigam-o a uma intervenção nesta Assembleia.

Na opinião deste Vogal, talvez aproveitando os vinte anos passados sobre aquele evento, começa de novo a acender-se uma vontade de amordaçar as pessoas, uma vontade de mandar novamente para as cadeias alguns ou aqueles que já o foram alguma vez, que foram torturados, lembrando também os que foram assassinados pela PIDE. Salientou que, um programa recentemente passado na Televisão, deu uma ideia muito clara da vontade com que se está de desculpar aquilo que se passou ao longo de quase cinquenta anos neste País. Durante esses cinquenta anos, procurou-se calar as pessoas de todas as formas, nomeadamente metendo-as nos cárceres, torturando-as e assassinando-as. Acrescentou que não iria estar a referir nomes, porque iria esquecer de certeza muitos. Referiu também que outro problema que o preocupa bastante, é o facto da maior parte da juventude deste País, concretamente aquela que nasceu pós 74, não ter uma noção efectiva daquilo que se passou ao longo desses anos, a não ser alguns que porventura se preocupem em analisar o que se passou e são os mais velhos que têm necessidade de lhes dar as indicações, referindo que aquilo que viu passar na televisão é exactamente o contrário; ou por ingenuidade ou intencionalmente a voz que foi dada na televisão, foi à PIDE, para que pudesse lavar a cara de alguma maneira, se é que é possível lavá-la; todavia foi isso que se tentou.

Disse ter ficado impressionado também com outras situações, como as que apareceram na comunicação social relativas a um professor universitário do norte, que veio afirmar ter tido muita honra em ser fascista, como se ser fascista fosse honroso, quando o fascismo ele próprio é a desonra. Finalmente, referiu-se também às escutas telefónicas no Gabinete

do Procurador Geral da República como sendo também uma situação que o preocupa bastante, lavrando por isso um protesto muito sério e violento, contra quem dá voz aos PIDES, principalmente contra quem permite que o fascismo queira trepar, queira lavar a cara, queira desculpar-se de situações que não têm a menor desculpa.

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Victor Mangerão.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Olinto Ravara, referindo-se ao 25 de Abril, disse que o mesmo ao derrubar a ditadura, trouxe uma nova esperança a todos os portugueses, restituindo ao mesmo tempo o orgulho de ser portugueses. Prosseguindo, considerou que, apesar de terem decorridos já vinte anos sobre o 25 de Abril, é demasiado prematuro fazer-se já a sua história, pois não só se desconhece ainda muita coisa, como inclusivamente os principais fatores do 25 de Abril e do período subsequente, ainda hoje são os principais fatores do nosso devir.

Falar do 25 de Abril é também falar do tempo que se lhe seguiu, é falar das dificuldades pelas quais o povo português passou. É falar de uma tentativa descarada de instauração de uma nova ditadura, contra a qual pessoalmente se voltou a opôr. O povo português não tem a memória curta e assim como não esquece o tempo de quase cinquenta anos de escuridão, também não esquece aquilo que se passou depois do 25 de Abril. De facto foram os verdadeiros democratas que conseguiram fazer com que este país se mantivesse no caminho da liberdade e da democracia. É importante também referir, que factos como a reforma agrária, as nacionalizações, foram um processo bem vivo, sendo a marca visível de quem pretendia não a instauração de um regime democrático assente na livre iniciativa privada e no respeito dos cidadãos, mas assente sim na máquina do Estado e na imiscuição da livre iniciativa das pessoas e da dignidade dessas mesmas pessoas. Em suma, falar do 25 de Abril é falar da luta contra todas as ditaduras, sejam elas de esquerda ou de direita.

Mas foi também o 25 de Abril que permitiu uma maioria e permitiu que ao fim de dez anos tivéssemos estabilidade política em Portugal, por isso realçou este valor que considerou extremamente importante para o desenvolvimento do país, sendo ainda em sua opinião um dos valores mais profundos que a democracia conseguiu alcançar passados vinte anos. É essa estabilidade, pese embora as divergências que possam existir, que vai permitir para que nos fórum's próprios se construa o mundo de amanhã que todos queremos que seja muito melhor.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Raul Martins, quis saber qual o ponto da situação relativamente ao rol de obras ilegais, por si solicitado ao Sr. Presidente da Câmara numa anterior reunião da Assembleia, uma vez que até ao momento nada lhe foi entregue.

Usou seguidamente da palavra o Vogal António Salavessa, para fazer a seguinte intervenção: - " Sr. Presidente, Srs. Deputados, em meu nome e em nome do P.C.P. e na certeza de interpretar o sentimento de quantos me elegeram e de muitos com outras opções de voto, quero saudar nesta sessão da Assembleia Municipal o vigésimo aniversário do 25 de Abril; uma data que apesar de não ser comemorada oficialmente pelos órgãos Municipais, não foi ignorada no concelho por forças políticas, sindicatos, organizações populares, escolas e até pela própria Assembleia, conforme ficou demonstrado nesta sessão. Esta saudação corresponde ao cumprimento de um dever de consciência ditado por razões várias que não nos deixam estar calados perante omissões e falsidades com que alguns querem envolver a memória de uma data e de um processo nobre e generoso, que alterou para melhor o dia a dia dos portugueses. Entre essas razões destaca-se a que resulta do próprio facto de estarmos aqui em democracia, no exercício do poder local democrático, que desde há duas décadas restabeleceu e actualizou a antiga tradição municipalista portuguesa, sufocada durante uns anos pela ditadura. Sem o 25 de Abril e sem a Constituição da República de 1976 que dele resultou, Câmaras e Assembleias eleitas pelo povo, pelo voto dos cidadãos certamente não existiriam e se outras razões não existissem esta bastaria para que o Município não se alheasse da data. A evocação do 25 de Abril não pode nem deve ser um ritual inócuo, na nossa perspectiva são fundamentais a memória e a pedagogia, para que o passado não se repita ele tem que ser necessariamente recordado. Ora, tal como o filme de Spielberg, a "Lista de Chindler", que é visto actualmente por turmas inteiras das nossas escolas, para que o holocausto de outros povos não seja esquecido, é também necessário lembrar o que foram em Portugal, quarenta e oito anos de supressão das liberdades, de censura, da proibição de partidos e sindicatos, quarenta e oito anos de Polícia Política que vigiou, perseguiu, prendeu, torturou e matou, quarenta e oito anos de obscurantismo, de atraso económico e social, de emigração em massa, treze anos de guerra colonial com milhares de mortos e feridos, militares e civis, de Portugal e das antigas colónias.

É importante que ao falarmos do 25 de Abril, não se faça como se fez já nesta sala, é que, para comemorar o 25 de Abril, só se fala do processo que se lhe seguiu, fala-se tudo isso, quando de facto vinte anos do 25 de Abril, vinte anos do onze de Março é para o ano em Março e vinte anos do 25 de Novembro é para o ano em Novembro. A data que aqui se evoca é a data que pôs fim a vinte anos de ditadura fascista. A Revolução do 25 de Abril, permitiu virar uma página obscura da nossa história, não foi invenção de qualquer general ou um simples golpe militar nascido do nada, o 25 de Abril é fruto sim de pequenas e grandes lutas de sucessivas gerações a que estão ligados numerosos trabalhadores e democratas, também deste concelho. A acção dos militares de Abril teve um valor inestimável, o seu acto heróico e generoso culminou toda a luta anterior e foi o início de um processo que mudou a face de Portugal para melhor com a elevação generalizada das condições de vida, com direitos e regalias sociais até então nunca obtidos, com transformações sociais profundas e com uma democracia não meramente formal, que apesar de muitos ataques desferidos pela política de direita, ainda mantém muito do que foi conquistado com a Revolução de Abril. E não é o 25 de Abril que deve ser responsabilizado pelas carências e injustiças que hoje afectam um número crescente de portugueses. Ao fazer estas afirmações temos obviamente consciência de que nesta Assembleia, perfilhamos opiniões e perspectivas diversas sobre vários aspectos do percurso percorrido pelo nosso país no pós 25 de Abril, mas essa realidade não nos deve desviar do que nesta matéria é essencial. O facto que a democracia e a liberdade em que vivemos, se deve e em muito ao 25 de Abril. Quero concluir afirmando que esta evocação se justifica também porque consideramos que os ideais e os valores de Abril se mantêm válidos, actuais e necessários para um futuro melhor, futuro que queremos construir pela nossa constante e sempre renovada intervenção cívica."

Prosseguindo, disse que essa intervenção cívica obriga também a que evoque o assunto já aqui colocado no início dos trabalhos, relativamente ao "incidente", da última sessão da Assembleia:

"Sobre os factos que motivaram a intervenção do Sr. Custódio Ramos, na nossa opinião é que eles infelizmente e efectivamente se verificaram nessa e noutras reuniões da Assembleia.

Sobre a reacção do Sr. Custódio Ramos e a sua declaração, embora reconheça que ela corresponde à sua maneira de ser e naturalmente difere da reacção de outros, nomeadamente da minha, não posso deixar de reconhecer legitimidade, foi a sua maneira de dizer, talvez aquilo que

considerasse demais. Reconhecendo também, a figura, o critério jornalístico mas também reconhecendo que atrás da figura do critério jornalístico muitas vezes e é preciso afirmá-lo, também existe discriminação. A atitude que motivou a reacção do Sr. Custódio Ramos é no meu entender também ostensiva, isto é, o facto de se fazer uma gravação quando se quer é legítimo a qualquer jornalista, pois não cabe aos membros desta Assembleia ditar aos Srs. jornalistas aquilo que devem ou não fazer. Mas também há que reconhecer que perante nós, quando alguém se levanta apenas em determinados momentos e grava apenas determinadas momentos, isso também levanta várias questões..., talvez outros meios técnicos que permitissem fazer isso de uma forma discreta, não tivessem o aspecto ostensivo que de facto a situação representava.

Sobre a atitude concertada dos órgãos da comunicação social, em sair da sala de sessões, reconheço-lhe toda a legitimidade para a exercer, parece, segundo troca de impressões que tenho tido, que ela é em grande parte motivada pelo facto do jornalista visado não se poder defender nesta Assembleia. Esta é uma realidade, mas também é uma realidade que muitas vezes pessoas que são visadas ou atingidas pelos órgãos de comunicação social não dispõem da possibilidade de exercer a correspondente resposta. É um poder da Assembleia, mas também é um poder desse outro poder que é a comunicação social. Vem isto a propósito de notícias e comentários posteriores ao incidente. É evidente que liberdade de opinião e de escrita existe, mas também tem que existir a possibilidade nesta Assembleia de se poder chamar atenção para um ou outro pormenor que em meu entender é lesivo, já não da figura do Sr. Custódio Ramos, mas do conjunto da Assembleia e da Assembleia enquanto tal."

Continuando no uso da palavra, fez um apelo para que sejam respeitados os direitos de todos, membros da Assembleia e jornalistas e ainda para que os critérios jornalísticos não signifiquem discriminação e um apelo ainda para que não seja praticada auto censura nos trabalhos de cobertura jornalística deste ou qualquer outro acontecimento. Isto porque, muitas vezes o receio de ferir as chefias de redacção ou de saber que a orientação dominante do jornal é de determinado tipo, às vezes leva subconscientemente alguns profissionais a procederem a actos de auto censura, os quais em sua opinião são também extremamente perigosos em democracia.

A finalizar, referiu que aquando da candidatura do Sr. Presidente da Câmara Municipal ao Parlamento Europeu, leu nos órgãos de

comunicação social que o Sr. Presidente da Câmara iria manter uma assessoria gratuita com a Câmara de Aveiro. A ser verdade, considera que do ponto de vista legal não haverá qualquer objecção a essa assessoria, pensa no entanto que manda o bom exercício da democracia que essa assessoria se deve limitar apenas a actos não públicos, ou seja, não deve haver qualquer confusão entre actos públicos municipais, com a candidatura de uma força política ao Parlamento Europeu. Trata-se portanto de um alerta que quer deixar aqui nesta sessão.

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Joaquim Abreu.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Carlos Santos, disse que é de realçar a posição de alguns elementos da bancada do PS, em relação ao Vogal Custódio Ramos, pois a solidariedade e o companheirismo são sempre aspectos de realçar e que impressionam. Disse que assistiu à ocorrência e que surpreendeu a intervenção do Vogal Custódio Ramos, que motivou a saída da comunicação social, pensando que foi uma intervenção não de acordo com a sua maneira de estar na política, franca, leal e correcta; julgando por isso que o velho ditado popular "mais vale ser engraçado do que cair em graça" se aplica claramente a esta intervenção.

Disse pensar também que cada jornalista tem o seu estilo próprio de comunicar, porém nem todos lhe agradam. Especialmente os mais visados neste caso, são exemplos claros de um estilo pós 25 de Abril, que lhe agrada.

Continuando no uso da palavra, disse que pessoalmente, não é apologista de nenhuma pressão sobre os jornalistas, o jornalismo é livre, deve existir liberdade absoluta e total para jornalistas, especialmente quando são responsáveis.

Finalmente e a propósito das eleições para o Parlamento Europeu, do Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, referiu que aquilo que a comunicação social tem dito e que tem destacado insistentemente é que se trata de uma suspensão de mandato. Saliu também que, o Presidente da Câmara Municipal de Aveiro que conhece, não sairia da Câmara Municipal sem se despedir da Assembleia e independentemente deste aspecto, na campanha eleitoral foi claramente dito que o Presidente da Câmara Municipal levaria o mandato até ao fim. Razões mais fortes justificarão provavelmente uma outra opção, mas se ela acontecer, disse estar certo que isso será comunicado lealmente como habitualmente é norma.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Custódio Ramos, propôs a aprovação de um voto de pesar, pelo falecimento da Dra. Natália Leal, que foi membro deste órgão no mandato anterior.

Relativamente ao incidente verificado há dias com a imprensa e em relação às intervenções que aqui hoje foram feitas pelos vários Vogais, agradeceu a solidariedade manifestada por todos aqueles que se dignaram e tiveram a coragem de abordar o tema.

Imediatamente a seguir o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia o voto de pesar proposto pelo Vogal Custódio Ramos, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Seguidamente no uso da palavra o Presidente da Câmara em exercício, Celso Santos, explicou que a sua posição neste momento é apenas de Vereador que substitui o Dr. Girão Pereira, durante a suspensão do seu mandato, para se candidatar ao Parlamento Europeu.

Prosseguindo, disse que ouviu com agrado algumas palavras de expectativa, de alguma esperança e até de um certo tom de amizade, que foram proferidas, as quais de algum modo o deixam fortalecido para cumprir a substituição da melhor forma que souber e puder com vista a corresponder às questões que a Assembleia permanentemente coloca e que têm a ver concretamente com os problemas do concelho de Aveiro. Fez também um apelo aos membros da Assembleia para que neste espaço de transição, concorram com o seu apoio, para que em conjunto, Câmara e Assembleia, possam dar satisfação às necessidades que são colocadas pela comunidade aveirense.

Relativamente ao equipamento sonoro e instalações de que a Assembleia dispõe, considerou que há que fazer uma remodelação no material de som, haverá que pensar também no pessoal, existe apenas um funcionário para elaborar actas que têm grande extensão e nas quais tem que haver um certo cuidado na forma como as mesmas são redigidas e para isso um só funcionário é insuficiente, uma vez que tem que ouvir durante imensas horas as gravações. Saliu que a Câmara está atenta e que naturalmente irá ajudar a resolver este problema e criar algumas condições, tendo em vista a dignificação da Assembleia.

No que se refere à exposição dos taxistas, disse tratar-se de um assunto complexo e que tem sido alvo de grandes conversações e discussões e que a Câmara solicitou já um parecer jurídico, com vista à tomada de decisões.

Relativamente ao barulho que se verifica na zona do Alboi, disse que o mesmo não resulta do funcionamento da discoteca, mas sim das pessoas que saem dali e que por vezes criam alguns desacatos. Trata-se de uma situação que já se tem verificado noutras locais da cidade e que de facto preocupa a Câmara, informando que se tem apelado à intervenção da PSP no sentido de reforçar a vigilância desse locais, com vista a dtodav Com vista a obstar tal situação, disse que a Câmara tem apelado à intervenção da PSP para que reforce a vigilância nesses locais, tendo em vista minorar o problema.

No que se refere à listagem de obras solicitada pelo Vogal Raul Martins, disse que irá providenciar para que a mesma seja entregue.

A finalizar, informou que a Câmara junta também o seu voto de pesar pelo falecimento da Dra. Natália Leal, que no mandato anterior fez parte deste órgão.

Seguidamente o Presidente da Mesa, deu por encerrada a primeira parte dos trabalhos, seguindo-se um intervalo para o jantar, devendo os mesmos retomar às 21, 15 Horas.

Eram 20Horas e 05 minutos.

## 2ª PARTE

Pelas 21,35 horas, foram retomados os trabalhos com a presença dos seguintes membros: Presidente, Rogério da Silva Leitão, Primeiro Secretário, António de Sousa Dinis Correia, Segundo Secretário, João Gabriel Ferreira Santos e com a presença dos Vogais, Manuel Rodrigues Simões, Fernando Tavares Marques, Manuel Arede de Jesus, António Vidal Simões Lisboa, António José Rangel Leite Ferreira, Jorge Manuel do Nascimento, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Diogo Manuel

Soares Machado, José Alberto Martins de Carvalho, José Maria Dias da Silva, Joaquim dos Santos Abreu, Victor Manuel da Silva Martins, Carlos Manuel da Silva Santos, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Joaquim António Calheiros da Silveira, Raul Ventura Martins, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Virgínia Celeste da Silva Veiga, Fernando António Portela Rocha Andrade, João Ferreira da Peixinha, José Alberto Simões Barbosa e António Manuel dos Santos Salavessa.

Verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Manuel Simões Madail, Manuel Branco Pontes, Élio Manuel Delgado da Maia, João Pedro Simões Dias, Gonçalo Nuno Caetano Alves, João Tavares Duarte, Armando Manuel Dinis Vieira, Artur da Rosa Pires, Francisco Manuel Alves da Costa Braga, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Custódio das Neves Lopes Ramos e Libério da Silva Santos.

Imediatamente a seguir retomaram-se os trabalhos:

**PONTO Nº 1 - COMUNICAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA  
CÂMARA MUNICIPAL**

**Nota: - A Comunicação escrita do Sr. Presidente da Câmara, foi já distribuída por todos os membros desta Assembleia, pelo que a mesma faz apenas parte integrante do original desta acta.**

No uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara em exercício, começou por fazer algumas referências a assuntos que não estão na comunicação escrita e que a Câmara se propõe desenvolver, nomeadamente a questão do P.D.M., destacando que o mesmo veio já a esta Assembleia e que teve exposição pública, tendo sido feito um ponto da situação por parte do Gabinete de Planeamento, esclarecendo a situação em que o referido plano se encontra. Prosseguindo, disse que ainda recentemente se discutia e trocava impressões com a Comissão de Acompanhamento no sentido de se fazer um novo estudo e correcção em termos da Reserva Agrícola Nacional, pretendendo-se com isso corresponder às sugestões, críticas e

solicitações que as Juntas de Freguesia e outros apresentaram no período em que o dito plano esteve exposto. Referiu também que é intenção da Câmara acelerar o processo do P.D.M., estando previsto um contacto com as várias forças parlamentares no sentido de se lhes mostrar as alterações que o Gabinete de Planeamento está a preparar com vista a que mais rapidamente possa ser apresentado à Assembleia Municipal.

Prosseguindo, informou que está em curso o processo de aquisição de terrenos para a construção do Terminal Ferroviário.

Relativamente ao Centro Coordenador de Transportes, decorrem os preparativos para que o referido Centro entre rapidamente em funcionamento.

Informou seguidamente que foi já adjudicada a construção da Escola C+S de Aradas, prevendo-se a sua conclusão dentro do prazo que está protocolado.

Informou de igual modo que a Câmara tem preparado para o dia do feriado municipal à semelhança do que tem vindo a fazer em anos anteriores, algumas distinções honoríficas que serão atribuídas a individualidades e colectividades, que tenham tido um papel relevante nas várias actividades, nomeadamente na área da cultura, do desporto, no campo profissional etc., bem como a funcionários municipais que possuam vinte e cinco anos de serviço à data do feriado municipal.

Em termos de personalidades a Câmara vai distinguir: o Sr. João Francisco do Casal, por ser uma referência importante em termos da indústria de velocípedes; Nóbrega e Sousa, por ser uma figura aveirense que se impôs a nível nacional no campo da música; o Sr. Almirante Piloto Aviador, Francisco Ferrer Caeiro, que de algum modo tem o seu nome ligado a Aveiro e S. Jacinto, onde foi comandante da respectiva Base Aérea e finalmente o Bombeiro, Saul Castro, Chefe da Companhia de Voluntários de Salvação Pública, Guilherme Gomes Fernandes.

Em termos de colectividades será distinguido o Coral Vera-Cruz.

Paralelamente, haverá uma exposição alusiva a Zeca Afonso, que será de igual modo homenageado com a colocação de uma placa evocativa da sua figura, junto ao Conservatório da Música, na Baixa de Stº António.

A finalizar, disse que ficaria já combinada uma visita ao Centro Cultural e à Fábrica Jerónimo Campos, em data a definir oportunamente, por

considerar que há todo o interesse em que os deputados municipais se inteirem do andamento dos trabalhos.

Acrescentou também, que há todo o interesse em que os deputados municipais tomem contacto com as realidades do concelho, pelo que disse que iria preparar um programa de visitas ao concelho a ter lugar oportunamente.

Seguidamente colocou-se à disposição da Assembleia para eventuais esclarecimentos.

Seguidamente o Vogal João Barbosa, quis saber qual é o critério adoptado pela Câmara para homenagear os seus funcionários com mais de vinte e cinco anos de serviço.

Neste momento deram entrada na sala os Vogais Victor Mangerão e Sequeira Pereira.

Usando também da palavra o Vogal António Salavessa, quis saber qual o ponto da situação relativamente ao arranjo dos muros da Ria, uma vez que se está a entrar num período mais forte de turismo e a situação em que os mesmos se encontram não é de modo nenhum abonatória para da cidade. Prosseguindo, quis saber ainda se a Ponte de Carcavelos foi ou não afectada na sua estrutura pela retirada dos lodos da Ria.

Prosseguindo, salientou também a necessidade de se limpar o Canal dos Santos Mártires, uma vez que se trata de uma zona da cidade também muito visitada.

No que se refere à Ria na sua globalidade, disse que gostaria de deixar bem claro as dúvidas que o seu Partido tem sobre as notícias dos doze milhões de contos anunciados na véspera da Presidência aberta, destinados à Ria, isto porque, foram anunciados muitos programas e muitos milhões não são para Aveiro, mas para outras regiões. Referindo por isso que, se a Câmara de Aveiro confiar apenas que esse dinheiro vem e não fizer qualquer pressão no sentido de que tais subsídios sejam desbloqueados, corre-se o risco de que esse dinheiro tenha o mesmo destino que aqueles vinte e tal milhões do ENVIREG que acabaram por nunca vir.

Relativamente às ligações Aveiro/S. Jacinto, quis saber qual o ponto da situação no que respeita aos transportes fluviais, com a freguesia de S. Jacinto.

Finalmente em matéria de distinções honoríficas e sobre as festas da cidade, salientou que ao darem-se informações verbais sobre estes

assuntos na própria sessão, resulta impossível fazer-se um comentário adequado.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Jorge Nascimento, quis saber qual o ponto da situação relativamente ao Centro Cultural de Congressos, concretamente prazos para conclusão dos trabalhos.

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Olinto Ravara.

No uso da palavra o Vogal Manuel António Coimbra, começou por querer saber qual o ponto da situação relativamente à adjudicação da nova "Ponte de Pau". Considerou que se trata de uma intervenção numa zona nevrálgica da cidade, cujas obras irão causar bastantes perturbações de trânsito, bem como de outra ordem, querendo saber por isso quais os prazos previstos para a conclusão da empreitada, bem como o nome da empresa que adjudicou o trabalho e ainda para quando é que se prevê que a Avenida Central esteja a funcionar em pleno.

Relativamente ao Cruzamento do Olho de Água, disse tratar-se de uma questão que é problemática, na comunicação aparecem duas soluções para este cruzamento, pensa todavia que a Câmara até ao momento não optou por nenhuma; uma delas aponta para a existência de semáforos e a outra para uma rotunda, parecendo-lhe esta última por aquilo que tem visto, uma boa solução à alternativa de semáforos naquele local.

No que se refere ao início dos estudos para instalação dos Armazéns Gerais, nas antigas instalações da Fábrica da Pinheira, lembrou que, quando nesta Assembleia foi decidida a aquisição daquele imóvel para lá instalar os ditos armazéns, presumiu sempre que esses estudos já estivessem feitos, pelo que quis saber porque é que só agora se avança com os estudos de uma estrutura que já foi adquirida há tanto tempo.

Ainda no uso da palavra quis saber o que é que há de concreto relativamente à construção de habitação social nas freguesias, já que no texto da comunicação se diz que em relação a esta matéria foram apenas levantadas as carências.

Finalmente quis saber o que é que há de concerto relativamente a assuntos como televisão por cabo, tribunal de família e acessibilidade à cidade pelo IC1.

Neste momento saiu da sala o Vogal Vítor Mangerão.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Carlos Santos, começou por considerar positiva a hipótese da visita às freguesias do concelho avançada pelo Presidente em exercício, especialmente se, a anteceder essa visita houver uma breve intervenção dos respectivos

Presidentes de Junta, dando nota das suas maiores expectativas em relação ao futuro das suas freguesias. Prosseguindo, lamentou que as carreiras que ligam a cidade a S. Jacinto, tenham vindo a diminuir nos últimos dez anos e que os horários praticados por essas carreiras de modo algum servem as necessidades da população. Seguidamente alertou para o facto da lancha que sai de S. Jacinto às sete horas da manhã vir completamente superlotada, pondo em risco a integridade física das pessoas que a utilizam, havendo por isso necessidade de se fazer o desdobramento desta carreira, com o seguinte horário: 6,30 e 7,30; o primeiro para servir os trabalhadores que se deslocam para a zona industrial e o segundo para servir os estudantes. Finalmente e tendo em conta que a Câmara Municipal de Aveiro, tem representação na TRANSRIA, considerou que a mesma se deve interessar por resolver este tipo de problemas.

No uso da palavra a Vogal Virgínia Veiga, abordando o tema das distinções honoríficas que a Câmara pretende levar a efeito no feriado Municipal, salientou que, se consegue compreender o critério de atribuição de uma medalha de mérito ao Sr. João Casal, consegue compreender pouco em circunstâncias como estas, que se dê apenas uma placa ao cantor Zeca Afonso. Por tal facto, disse que gostaria que a Câmara justificasse o porquê dessa decisão, pois mais que uma atitude de mérito lhe parece antes uma atitude de demérito, considerando por isso de algum modo um insulto ao homenageado.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal José Maria Silva, começou por destacar que no documento que foi distribuído se voltou a falar da implantação da Pista de Remo Olímpica do Rio Novo do Príncipe. Congratulou-se com a atribuição de um subsídio de seiscentos contos ao Clube Povo de Esgueira, pela manutenção na 1ª Divisão Nacional de Basket, todavia salientou que congratular-se-ia muito mais se a Câmara Municipal concretizasse a construção do Pavilhão Náutico da Colectividade de Cacia, atendendo a que em Julho próximo vão realizar-se os Campeonatos Nacionais Absolutos. Considerou que tal realização tem grande importância para Cacia e principalmente para Aveiro, fazendo por isso um apelo no sentido de que o dito Pavilhão seja concluído.

Novamente no uso da palavra o Presidente da Câmara em exercício, começou por informar que, relativamente ao critério seguido pelo Executivo para homenagear os seus funcionários que completem vinte e cinco anos à data do feriado municipal, é apenas o de possuírem vinte e cinco anos de serviço prestado à Câmara.

No que se refere à situação em que se encontram os muros dos canais da Ria, em consequência da retirada dos lodos, disse que a empresa que adjudicou o trabalho tem responsabilidades. Todavia, referiu que não está preparado para avaliar se essa empresa executou bem ou mal esse trabalho, possivelmente terá retirado lodos a mais, neste momento o assunto está ao cuidado da JAPA, que mandou elaborar um inventário sobre a situação existente, de forma a que possa ser responsabilizada a empresa, nos casos em que a mesma de facto tenha responsabilidade por erros técnicos na limpeza do canal, tendo em vista a reposição dos muros o mais rapidamente possível, uma vez que é preocupação da Câmara o aspecto que actualmente os mesmos apresentam.

Relativamente a eventuais abalos na estrutura da Ponte de Carcavelos, motivados de igual modo pela retirada dos lodos, disse não ter conhecimento de nada a não ser agora pela questão que foi colocada.

Relativamente aos transportes fluviais que ligam a freguesia de S. Jacinto a Aveiro, disse que com vista a uma melhoria dos mesmos foi criada a empresa de transportes fluviais "Transria", uma vez que a Câmara reconhece que tem obrigação de solucionar o problema do transporte das populações aí residentes.

No que se refere às distinções honoríficas, salientou que a Câmara não pode ir além daquilo que está aprovado no regulamento e que é com base nesse regulamento que a Câmara está a actuar e que a preocupação da Câmara no feriado municipal é a de distinguir e homenagear.

Relativamente ao facto de não ter sido atribuída medalha de mérito municipal ao cantor Zeca Afonso, esclareceu que isso obedeceu apenas ao desejo expresso da família, que se manifestou a favor de uma homenagem singela e sem medalhas.

No que se refere aos prazos para conclusão do Centro Cultural, disse não possuir dados que lhe permitam apontar para uma data. Todavia, salientou que é preocupação da Câmara ajudar e colaborar para que a obra fique concluída o mais rapidamente possível.

Relativamente ao arranque da construção da "Ponte de Pau", informou que a empreitada já se encontra adjudicada à firma "PONTAVE" e que o prazo para conclusão da obra será de oito meses.

No que diz respeito ao Cruzamento do Olho de Água, considerou absolutamente urgente regularizar-se a situação, havendo já um estudo elaborado pela Divisão de Vias e Trânsito, que aponta para a

construção de uma rotunda, estudo esse que se encontra já aprovado pela Câmara, restando apenas pô-lo em prática.

Quanto à Fábrica da Pinheira, referiu que o historial deste imóvel já é bastante conhecido, tendo estado destinado já a vários serviços; neste momento encontram-se elaborados estudos para lá instalar os Armazéns Gerais da Câmara Municipal, havendo ainda outros estudos de adaptação para lá instalar outros serviços, nomeadamente um Centro de Formação e Associação Nacional dos Jovens Empresários.

No que respeita à habitação social, informou que o estudo que vem mencionado na comunicação diz respeito apenas ao levantamento das carências nas respectivas freguesias, pois o processo de construção desenvolve-se com normalidade, estando as habitações a serem construídas.

Finalmente e no que se refere à Pista de Remo, informou que quem tem dinamizado todo o processo é o Vereador Albuquerque Pinto, que neste momento não está presente, acrescentando que a última informação que o mesmo prestou é do conhecimento do Sr. Presidente da Junta de Cacia, pois a mesma foi dada também na sua presença num encontro que tiveram em Cacia na Colectividade Popular. Ainda quanto ao apoio a esta Colectividade, disse que a Câmara iria estar atenta, honrando os compromissos que entretanto forem tomados.

Usando seguidamente da palavra a Vereadora Maria da Luz, refrindo-se à questão das distinções honoríficas, esclareceu que a família de Zeca Afonso foi consultada sobre a homenagem que a Câmara lhe pretendia prestar, na pessoa da Sr<sup>a</sup> Zélia Afonso, tendo a mesma dito que não pretendia receber qualquer distinção desse tipo. De qualquer forma considerou importante que a mensagem fosse transmitida e um pouco à imagem do que aconteceu em Coimbra foi-lhe sugerido em nome da Câmara, a construção de uma placa evocativa da personalidade e da sua carreira como compositor, poeta e músico, cujo local escolhido para a sua colocação foi junto ao Conservatório da Música. Em suma, salientou que foram estes os critérios que se acharam mais razoáveis, acrescentando ainda, que entre isto e não se fazer nada, considerou que seria melhor de facto fazer-se alguma coisa para que a mensagem não ficasse por aqui.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Raul Martins, começou por dizer que gostou das explicações dadas pelo Presidente em exercício, principalmente por assumir uma nova postura, postura essa que é a de quem tem dúvidas e também se engana e que normalmente não tem

sido assumida até aqui. Expressando por isso o desejo de que esse espírito perdure.

Continuando no uso da palavra, disse que a abertura aqui demonstrada pelo Sr. Presidente da Câmara permite-lhe ousar fazer a seguinte recomendação: se a Câmara de Aveiro, tivesse disponibilidades financeiras e pudesse contratar o Professor Porter, para fazer um levantamento das vantagens competitivas de Aveiro, é óbvio para si, que ele iria salientar aquilo que para todos é claro, ou seja a vantagem competitiva de Aveiro em termos económicos é a Ria, a qual normalmente é encarada mais sob o prisma afectivo e muito menos sobre o prisma económico. Esperando por isso que este pequeno alerta e esta recomendação, vá no sentido da Câmara futuramente deixar de estar voltada de costas para a Ria.

Finalmente e analisando o problema do ponto de vista de sobrevivência económica das nossa gentes, numa altura em que existe recessão na maioria dos sectores, considerou que seria óptimo que se potenciasses fortemente aquilo que realmente Aveiro tem e que mais ninguém tem e que é sem dúvida a sua Ria.

Novamente no uso da palavra a Vogal Virgínia Veiga, ainda relativamente à questão da atribuição de uma medalha a Zeca Afonso, disse que talvez não se tenha feito entender bem aquando da sua primeira intervenção, referindo que quando levantou a questão não se referia apenas e só à atribuição de uma medalha em si própria, pretendeu saber também se a dita homenagem se restringia perante os aveirenses a mostrar o que essa placa disser ou se se vai mais longe e se aproveita a ocasião para mostrar aos aveirenses o que foi o José Afonso?

Tomando a palavra o Presidente da Câmara em exercício, esclareceu que relativamente à figura de Zeca Afonso a Câmara pretende fazer uma evocação séria, pretende dignificar a dita homenagem e que além da colocação da referida placa que ficará a registar o acto, haverá uma exposição alusiva à figura de Zeca Afonso na Biblioteca Municipal e um espectáculo no Teatro Aveirense, cuja realização está ao cuidado do Vereador, Fragateiro.

Prossequindo e no que se refere à procura de espaço para implantar o Tribunal de Família, informou que a Câmara desenvolveu um relacionamento com o Ministério da Justiça, com vista a encontrar-se uma solução para a construção dessas instalações, tendo a Câmara proposto a transferência do interesse até aqui existente do Ministério das Finanças, para o Ministério da Justiça, daquele terreno em frente aos estabelecimentos

"Paga-Pouco". Acrescentou ainda que neste momento tudo se encaminha para que seja encontrada uma solução a nível da administração central com vista à utilização do referido terreno, encontrando-se o processo relativo a esta matéria na Direcção-Geral do Património do Estado, aguardando um desenvolvimento rápido, tendo em conta os interesses que o Ministério da Justiça tem em instalar ali os seus Cartórios, as Conservatórias e o dito Tribunal de Menores.

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*  
*[Handwritten name]*

Finalmente e no que respeita ao IC1 e às acessibilidades à cidade, disse que esta via atravessará o concelho numa grande extensão, será uma nova variante a Aveiro e que há preocupação por parte da Câmara em que seja criado o nó do IC1, que venha dar seguimento ao eixo estruturante que todos já conhecem. Acrescentou que não há ainda uma definição concreta relativamente à sua localização, no entanto a Câmara tem feito diligências no sentido de que o mesmo seja deslocado para a zona da Granja, na freguesia de Oliveirinha, por entender que esta localização é a que melhor serve os interesses do concelho, todavia esses estudos são da responsabilidade da JAE e, é a ela, que compete definir definitivamente a dita localização.

Entretanto saiu da sala o Vogal João Peixinha.

Imediatamente a seguir passou-se à apreciação e discussão do ponto nº2:

**PONTO Nº2 - JUNTAS DE FREGUESIA - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS-SEDE - PRIORIDADES DE FINANCIAMENTO**

**Deliberação da Reunião da Câmara Municipal de 28.03.94: -**

**"JUNTAS DE FREGUESIA - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS-SEDE: -**

Presente um ofício da Direcção-Geral da Administração Autárquica, a solicitar que a Assembleia Municipal, com base em parecer da Câmara Municipal, estabeleça as prioridades de financiamento para a construção de sedes de Juntas de Freguesias que não tenham sido financiadas pelo Orçamento do Estado, a fim de ser determinado o apoio financeiro a conceder no decurso do actual mandato autárquico. A Câmara deliberou, por

unanimidade, depois de uma breve troca de impressões, indicar, pela ordem a seguir indicada, as seguintes freguesias: 1 - Santa Joana; 2 - Glória; 3 - Aradas e 4 - Oliveirinha.

A presente deliberação carece da aprovação da Assembleia Municipal, nos termos legais".

No uso da palavra o Sr. Presidente em exercício, apresentou a proposta nos termos da deliberação supra.

Aberta a discussão, usou da palavra o Vogal Joaquim Abreu, para mais uma vez alertar a Câmara de que a freguesia de Eixo não possui instalações próprias e que o edifício onde a junta vem funcionando actualmente é um edifício cedido por uma família, não estando ainda formalizada a sua doação, funcionando por isso a Junta a título precário. Acrescentou também que há dois anos a esta parte um familiar do senhorio pôs uma acção em tribunal, alegando que o edifício teria sido cedido à Junta para lá instalar um serviço social e que por isso a vontade do doador estaria a ser desvirtuada, uma vez que é a Junta que lá funciona.

A finalizar, disse esperar que as obras que estão prometidas no Plano de Actividades, para recuperação do antigo edifício dos Paços do Concelho, tenham início o mais rapidamente possível, tendo em vista a instalação da própria Junta.

Seguidamente o Vogal Neto Brandão, disse que a única coisa que tem a criticar neste ponto é a proposta tal como está formulada, dado a mesma carecer absolutamente de qualquer fundamentação no que diz respeito à ordem pela qual foram hierarquizadas as freguesias. Assim, sublinhou que em consciência não pode dar o seu aval, enquanto não souber por exemplo, porque é que St<sup>a</sup> Joana está antes da freguesia da Glória e Aradas antes de Oliveirinha.

Tomando a palavra o Presidente em exercício, esclareceu que isso acontece simplesmente porque St<sup>a</sup> Joana está em construção; Aradas porque carece de ampliação, uma vez que o actual edifício da Junta é muito pequeno. Relativamente à freguesia da Glória, porque o edifício se encontra em muito más condições.

Oliveirinha, porque está em fase de estudo a implantação de uma nova construção.

Seguidamente o Vogal Manuel António, começou por dizer que tudo isto lhe faz uma certa confusão, já que há cerca de dois anos a Junta de Freguesia da Glória mudou-se para um novo edifício, não compreendendo como é que num lapso tão curto de tempo o dito edifício se tenha degradado ao ponto de ter que se construir um outro edifício para a Junta. Assim, considerou que seria talvez de boa política a Junta ter ficado nas instalações que então ocupava e aí mostravam de facto que era necessário construir-se uma sede de Junta. "Agora, estão no edifício que todos conhecem, mudaram há pouco tempo e vem dizer que são a segunda prioridade? alto lá!"

Acresce a isto, o facto de há já muito tempo esta bancada ter vindo a levantar o problema da falta de instalações com que a Junta de Eixo se debate, considerando por isso que seria bom que se arranjasse definitivamente o antigo edifício dos Paços do Concelho de Eixo, o qual, podia perfeitamente ser recuperado a exemplo daquilo que se fez em Esgueira, servia perfeitamente para a Junta de Freguesia de Eixo lá se instalar. No entanto esta carência nem sequer aparece na proposta. Por outro lado, a freguesia da Glória, em dois anos muda de um sítio para o outro.

Seguidamente o Vogal António Salavessa, salientou que a sua perplexidade em torno desta matéria não resulta tanto da mesma, mas do facto de gente que conhece como interessada nestes assuntos e que normalmente não falta às reuniões, como é o caso do Presidente da Junta de Freguesia de Oliveirinha, hoje pontualmente não está presente, o que lhe coloca alguma dificuldade de apreciação. Tal como o Presidente da Junta de Freguesia de Aradas.

Portanto, duas Juntas para as quais são definidas prioridades e que não estão presentes, o que lhe causa alguma dificuldade de votar favoravelmente, interrogando-se até sobre o significado dessas faltas.

Prosseguindo, acrescentou também que uma coisa é a definição de prioridades para indicar à administração central para que sejam desbloqueados alguns apoios no Orçamento, para essas obras e outra coisa deve ser uma política municipal de apoio às Juntas de Freguesia para a execução das obras nas respectivas Juntas. Assim e dentro desta filosofia, entende que o facto de St<sup>a</sup> Joana ser prioritária, não se pode deixar de dar auxílio imediato à Freguesia da Glória ou outra qualquer, para fazer face a obras de carácter urgente com vista à recuperação do seu património. Não é por acaso que por exemplo Esgueira, que tem hoje uma boa sede de Junta,

não teve nenhum tostão do Orçamento de Estado para as obras respectivas, são questões diferentes .

A terminar, referiu que sem a presença dos próprios interessados, sem uma intervenção que o ajude a definir se esta prioridade formal é de facto aquela que corresponde aos interesses e às necessidades das Juntas de Freguesia, ficar-se-á pela abstenção nesta matéria.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Fernando Marques, esclareceu que a mudança da Junta da Glória se deu há seis anos e não há dois e que a mesma resultou de uma situação de conflito entre o senhorio do prédio e a Junta. Prosseguindo, informou que o prédio em que a Junta funciona presentemente é um prédio antigo que foi objecto de recuperação para lá instalar os serviços da Junta, no entanto com o decorrer dos anos tem-se vindo a degradar e o Orçamento da Junta para além das despesas correntes, não chega para todos os meses fazer face a obras de manutenção permanente daquela casa

Seguiu-se ainda uma breve troca de impressões, tendo de seguida o Presidente da Mesa submetido o assunto à votação da Assembleia, vindo o mesmo a merecer aprovação por dezoito votos a favor, sendo treze do CDS e cinco do PSD e oito abstenções, sendo seis do PS, uma da CDU e uma do PSD.

Seguiu-se uma declaração de voto do Vogal Rocha Andrade, nos seguintes termos: - " Abstenho-me, porque mais uma vez a Câmara apresenta uma proposta, (e já vem sendo hábito) que não tem qualquer fundamentação escrita e que a fundamentação só é dada na hora e na base da oralidade".

Do Vogal Olinto Ravara, nos seguintes termos: - " Abstive-me e não votei contra, porque compreendi perfeitamente as razões que foram avançadas pelo Presidente da Junta de Freguesia da Glória. Não posso deixar de manifestar de facto o meu desagrado, pela forma como foi ultrapassada a justa e velha pretensão da Junta de Freguesia de Oliveirinha, só por isso me abstive".

Do Vogal Joaquim Abreu, nos seguintes termos: - " Votei a favor, porque entendo que foi assumido neste momento um compromisso pelo Sr. Presidente da Câmara de dar satisfação às aspirações da Freguesia, ou seja o restauro do antigo edifício dos Paços do Concelho de Eixo".

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

**PONTO Nº 3 - ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL NO CONSELHO GERAL DO HOSPITAL DISTRITAL DE  
AVEIRO**

**CANDIDATOS PROPOSTOS:**

José Arménio Sequeira Pereira (CDS);  
Nuno Teixeira Lopes Tavares (PSD);  
Raul Ventura Martins (PS).

**VOTOS ENTRADOS: 26**

**EM BRANCO 1 Voto**

- JOSÉ ARMÉNIO SEQUEIRA PEREIRA (CDS) A - 13 Votos;
- NUNO TEIXEIRA LOPES TAVARES (PSD) B - 6 Votos;
- RAUL VENTURA MARTINS (PS) C - 6 Votos

APÓS A VOTAÇÃO E RESPECTIVO ESCRUTÍNIO SECRETO FOI ELEITO PARA REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NO CONSELHO GERAL DO HOSPITAL DISTRITAL DE AVEIRO, O SR. **JOSÉ ARMÉNIO SEQUEIRA PEREIRA**

**PONTO Nº 4 - REGULAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO -  
APRECIACÃO E APROVAÇÃO**

Deliberação da Reunião da Câmara Municipal de 05.04.93: -

" APROVEITAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS - REGULAMENTO: - Na sequência da deliberação tomada em 30 de Março do ano findo, em que foi distribuída por todos os Srs. Vereadores um exemplar da proposta de regulamento de aproveitamento de resíduos sólidos, elaborada com base no Decreto-Lei nº 488/85, de 25 de Novembro, o Vereador Sr. Engº Maia distribuiu também para apreciação um estudo integrado de recolha selectiva de resíduos sólidos urbanos em todo o concelho, e prestou os necessários esclarecimentos sobre o assunto. Foi deliberado, por unanimidade, aprovar o estudo ora apresentado, bem como o regulamento já distribuído, o qual será submetido à consideração da Assembleia Municipal, nos termos legais.

Mais foi deliberado, por unanimidade, autorizar a abertura de concursos para a aquisição do equipamento necessário e autorizar também o pagamento do material de propaganda. "

No uso da palavra o Sr. Presidente em exercício, começou por referir que o agendamento deste processo diz respeito à Assembleia Municipal. O referido Regulamento foi sujeito ao parecer deste órgão numa das suas sessões, tendo sido designada uma Comissão para lhe introduzir melhorias, pelo que de novo se submete o documento à apreciação e discussão da Assembleia, não tendo a Câmara quaisquer alterações a propôr.

Tomando a palavra o Sr. Presidente da Mesa, esclareceu que de facto este ponto é apresentado pela Assembleia Municipal, tendo o mesmo sido já sujeito a um estudo por uma Comissão da Assembleia Municipal, constituída pelos Vogais Jorge Nascimento, Vitor Mangerão, Custódio Ramos e António Salavessa.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal António Salavessa, começou por referir algumas dificuldades em ter estado presente nas reuniões da Comissão que beneficiou o documento, pelo que o mesmo, de trabalho seu e da CDU, não tem nada. Sublinhou no entanto que isso não invalida por aquilo que pôde já apreciar que seja um documento positivo.

Prosseguindo, acrescentou que, por aquilo que leu do trabalho da Comissão e por aquilo que conhece do projecto inicial, houve de facto um salto em frente, salientando por isso que não tem grandes dificuldades em aprovar e votar favoravelmente o dito documento, o qual representa em sua

opinião um esforço no sentido da regulamentação de um assunto que cada vez mais mexe com a qualidade de vida das pessoas e dos concelhos.

A finalizar, referiu que se tivesse estado presente na Comissão, interviria no sentido de não deixar passar a coima a penalizar quem mexe nos contentores, já que considerou que quem chega ao ponto de mexer nos contentores para de lá tirar algo que ajude à sua subsistência, chegou a um estado tal de dificuldades objectivas, que estar ainda a penalizar essa pessoa é absolutamente exagerado.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Manuel António, começou por salientar que a responsabilidade que um documento destes tem, não pode ter erros ortográficos como aqueles que estão patentes no documento, havendo por isso que ter cuidado com a redacção, não desmerecendo com isto o trabalho que está no documento que considerou válido e meritório.

Numa análise ao artº21º que diz que: - " os projectos de construção, reconstrução ou ampliação de edifícios com três pisos e dois fogos por piso, ... etc", está a contempla sòmente os edifícios com três pisos e dois fogos. "E os outros? os que têm mais? se calhar também deviam estar contemplados aqui". Assim, considerou que o referido artigo deveria ter a seguinte redacção: -" os projectos de construção, reconstrução ou ampliação de edifícios com mais de três pisos e dois fogos"; solicitando por isso esclarecimentos relativamente a esta matéria.

Ainda no uso da palavra, considerou importante começar a pensar-se também na recolha selectiva de lixos nas próprias casas ou nos prédios, devendo-se introduzir esse aspecto no documento em causa.

Seguidamente chamou atenção para a necessidade de se fazer a manutenção dos vários contentores, pois alguns encontram-se deteriorados e deixam cair o lixo que as pessoas neles colocam. Chamou atenção também para o peso demasiado das tampas metálicas que alguns contentores possuem, dado que as mesmas dificultam a sua utilização por parte das pessoas.

A finalizar, salientou que tendo em conta futuramente as normas comunitárias, relativamente à maneira como os aterros sanitários têm que ser tratados, considerou que seria oportuno pensar-se a sério em melhorar já as nossas condições no que diz respeito a esta matéria.

No uso da palavra o Vogal Olinto Ravara, começou por felicitar esta iniciativa, referindo que a mesma apenas peca por tardia, já que em Aveiro sempre houve uma grande lacuna na questão da recolhe e tratamento

de lixos, manifestando por isso o seu agrado por finalmente começar-se a ver alguma luz no fundo do túnel, apesar de algumas iniciativas parcelares que já foram desenvolvidas.

Referiu também que apesar do presente regulamento representar um grande esforço nesta matéria, não dá ainda todas as respostas, nomeadamente quanto à distribuição dos vários tipos de contentores. Também não está definido quais os horários de recolha dos lixos, nem é avançada qualquer pista relativamente aos resíduos sólidos especiais e concretamente aos resíduos tóxicos hospitalares, entendendo que esta solução deveria de ser concertada com o hospital, já que os ditos resíduos são extremamente preocupantes, devendo por isso merecer toda a atenção por parte das autoridades.

Usando também da palavra o Vogal Neto Brandão, disse que a proposta em causa suscita-lhe algumas dúvidas que se prendem essencialmente com a natureza jurídica e o fundamento do poder regulamentar das autarquias, isto porque as autarquias, designadamente ao nível da sua competência regulamentar têm na lei o seu fundamento, o seu pressuposto e parâmetros de validade, dividindo-se os regulamentos em independentes e complementares. Os regulamentos independentes são aqueles, que no início aparece uma referência à lei de habilitação ou seja designadamente ao abrigo do 100/84, a autarquia regula determinada matéria. Há depois os regulamentos complementares que complementam uma determinada legislação.

Assim e atendendo ao que vem logo no início deste regulamento, o seu Artº1º, diz que o presente regulamento é elaborado ao abrigo do nº 3 do Artº 3º do Decreto-Lei 488/85 de 25 de Novembro. Parece-lhe por isso que esse artigo na base do qual o dito regulamento é elaborado não permite dele extrair tudo o que aqui vem expresso.

Analisando o Artº 2º da proposta de regulamento em causa, disse que o mesmo é à priori a transcrição "ipsis verbis" do artº 3º alínea 3 do citado decreto-lei 488/85, com um acrescento que do seu ponto de vista o torna ilegal, isto porque, em relação à lei há o acrescento de que: "é da exclusiva responsabilidade da Câmara Municipal, planificar, organizar e promover"; a lei não o diz e com uma razão - é que não é da exclusiva competência da Câmara Municipal; desde logo o Ministério do Ambiente tem competências a esse nível que a Câmara não pode postergar, ou seja, a lei não consagra a exclusividade porque ela não existe.

Prosseguindo, disse também que o Artº 3º desta proposta de regulamento, contém um erro manifesto, presumindo no entanto que o mesmo resulte de lapso de computador, quando na parte final se diz: - " tal como figura no nº1 do Decreto-Lei 121/90"; para quem perceba um mínimo de leis sabe perfeitamente que isto não existe; existe sim o nº1 de um artigo qualquer. No caso concreto verificar-se-á que se trata do nº 1 do Artº 2º do citado Decreto-Lei.

Continuando no uso da palavra, salientou que quem consultar o Decreto-Lei 121/90, verificará que se trata de um Decreto-Lei que incide sobre resíduos perigosos, não compreendendo porque é que citando-se o Decreto-Lei 488/85, não se usa a definição de resíduos que o seu artigo 2º lhe consagra, não entendendo por isso qual é a referência ao Decreto-Lei 121/90.

Continuando no uso da palavra, disse que a crítica que teceu ao nº 1 do Artº 3º, está também presente no Artº 31º da presente proposta de regulamento, não é o nº 4, mas sim o Artº 4º.

O Artº 5º desta proposta, suscitou-lhe também algumas dúvidas.

O Artº 6º da proposta em apreço, cita a Portaria 374/87 de 4 de Maio; acontece que é esta Portaria que através dos seus artigos 19º e 21º, contrariam o Artº 36º. Porém a Portaria 374/87, determina nos seus artigos 19º a 21º, que a fiscalização e cumprimento do presente regulamento sobre resíduos industriais, compete às Direcções Gerais competentes ou seja à Direcção Geral da Qualidade do Ambiente e à mesma autoridade compete a iniciativa para a instalação dos procedimentos.

A terminar, disse pensar que haverá alguma ilegalidade ao extravazar de competências que as próprias disposições legais que aqui são citadas referem expressamente não pertencerem ao município, pelo que manifestou o desejo de ver esclarecidas as dúvidas que levantou.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Sequeira Pereira, considerou que o trabalho apresentado tem mérito, considerou também que para que possa haver bom ambiente é necessário que haja contribuições por parte dos cidadãos, sendo necessário para isso campanhas de sensibilização.

Prosseguindo teceu algumas considerações respeitantes à forma como devem ser feitos os aterros sanitários, salientando também que, para que a presente proposta de regulamento fique completa é necessário que se faça um estudo a exemplo do que foi feito na cidade de Coimbra,

*Handwritten notes in blue ink:*  
P. 32  
11/11/94  
Sequeira

tendo em vista o escalonamento e a forma de recolha do lixo, sem o qual, o dito regulamento não pode ser posto em prática.

A finalizar, considerou ainda que a proposta de regulamento agora apresentada é o princípio para se poder começar a fazer alguma coisa de válido nesta área.

Usando também da palavra o Vogal Raul Martins, disse ser de opinião que o documento em causa deve ser enquadrado no tipo de produtos que pretende regular. Assim, nesse sentido deve ser cuidadosamente metido no papelão, reciclado e posteriormente apresentado decentemente a esta Assembleia.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Jorge Nascimento, referiu que o regulamento em causa transita já da anterior Câmara, foi agora reformulado em muitos aspectos, resultando essa reformulação da unanimidade dos membros da Comissão nomeada para o efeito.

Relativamente à questão que foi levantada dos lixos hospitalares, esclareceu que esta matéria vem contemplada na página doze do regulamento, Artº 32º.

No que se refere ao Artº 21º, admitiu que de facto há uma gralha, pois tem a certeza que a redacção quer referir-se a edifícios com mais do que as dimensões indicadas; havendo ainda algumas gralhas de ortografia que não comprometem a validade da apreciação deste regulamento por parte desta Assembleia.

A finalizar, acrescentou que aquando da discussão do documento se levantaram dúvidas relativamente à executoriedade de alguns artigos que implicavam um esforço por parte da Câmara Municipal na aplicação do regulamento em causa. Assim e evocando a título de exemplo a questão dos contentores, considerou que este regulamento é programático e prospectivo no sentido de uma eficiente recolha dos lixos sólidos, pelo que é de opinião que o referido regulamento deve ser sancionado por este Órgão.

No uso da palavra o Vogal Rocha Andrade, começou por referir que sente alguma dificuldade em votar um documento sobre o qual são levantadas dúvidas de legalidade, nomeadamente dúvidas sobre se a Câmara pode ou não apresentar esta proposta. Prosseguindo, referiu que tecnicamente nada terá a opôr, sendo apenas as objecções estritamente de carácter legal, considerando que a questão poderia ser ultrapassada, passando-se à votação deste regulamento para a próxima reunião desta sessão, tentando-se, no espaço que medeia entre duas reuniões, analisar mais calmamente, se as objecções jurídicas levantadas pelo Vogal Neto

Brandão, são ou não procedentes, considerando que essas dúvidas de legalidade não foram até agora esclarecidas.

Novamente no uso da palavra o Vogal Manuel António, disse ser de opinião que o documento em causa deve ser analisado apenas do ponto de vista político e não do ponto de vista legal, não pondo assim qualquer objecção à aprovação do dito documento.

No uso da palavra o Vogal Diogo Machado, começou por salientar que do ponto de vista político todos os membros deste órgão poderão apreciar o documento, salientando porém, que dos elementos que constituem a Comissão, apenas se encontram presentes dois, pelo que os ausentes em conjunto com os presentes poderiam talvez esclarecer qualquer dúvida respeitante à legalidade do documento.

A finalizar, considerou que há uma pequena falta de respeito a esta Assembleia por parte das pessoas que integraram a Comissão e que hoje não estão presentes.

Tomando a palavra o Vogal Sequeira Pereira, referiu que o regulamento em discussão é quase igual ao das cidades de Coimbra e Lisboa, pelo que, se porventura existe alguma ilegalidade, ela já está a ser cometida pelos Executivos Municipais dessas cidades, cujo regulamento já está em vigor.

Novamente no uso da palavra o Vogal Rocha Andrade, salientou que com o adiamento da votação, perde-se uma semana; com a impugnação judicial de um regulamento deste género pode-se perder muito tempo. E a não ser que sejam dadas explicações por parte do Executivo sobre a urgência do regulamento, não se perderá nada em adiar a questão uma semana.

Seguidamente no uso da palavra o Sr. Presidente em exercício, informou que o documento em causa resulta de um trabalho elaborado pelo ex-Vereador, Ferreira da Maia e pelo Gabinete de Ambiente, expressando o seu apreço pelo trabalho desenvolvido.

Prosseguindo, reconheceu também o trabalho desenvolvido pela Comissão e finalmente concordar com aquilo que aqui foi proposto. Não há dúvida de que tecnicamente o documento é aprovável, contudo se neste momento se levantam questões de carácter jurídico que podem vir a prejudicar a aplicação do regulamento, será preferível e a Câmara está de acordo que o mesmo seja apreciado em termos jurídicos para que fique aplicável, não vendo qualquer inconveniente que se aguarde mais uma semana

Seguiu-se uma breve troca de impressões, tendo o Sr. Presidente da Mesa perguntado se a Assembleia vê algum inconveniente em que os trabalhos sejam interrompidos neste ponto.

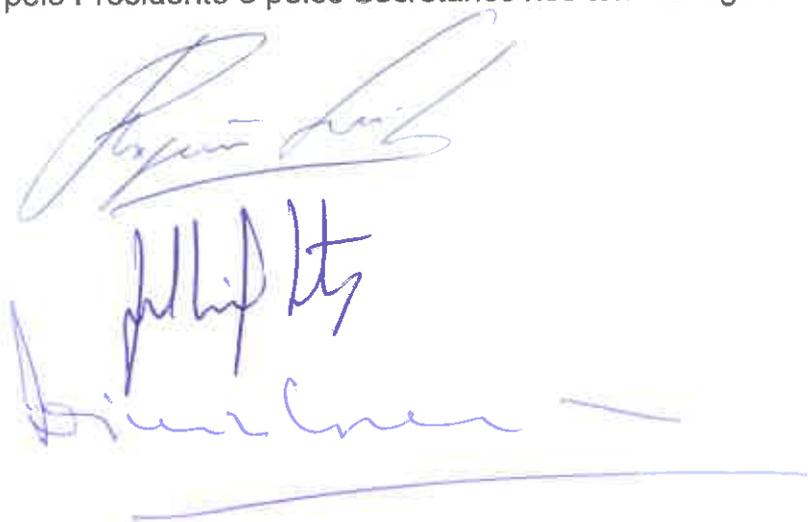
Dado que ninguém se manifestou contrário, acordou-se que esta matéria terá que vir a uma próxima reunião deste órgão, acompanhada de um suporte jurídico mais desenvolvido, tendo em conta as críticas tecidas em torno do assunto, as quais visaram apenas melhorar o documento.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa, submeteu à votação da Assembleia a minuta da acta respeitante a esta reunião, tendo a mesma merecido aprovação por unanimidade, cujo texto se anexa e faz parte integrante da presente acta.

Imediatamente a seguir e dado o adiantado da hora, o Sr. Presidente, deu por encerrada a presente reunião.

Eram 00, Horas e 30 minutos do dia 30.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente Acta, que no que for omissa melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº 6

ACTA EM MINUTA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DO  
MÊS DE ABRIL DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

Aos vinte e nove dias do mês de Abril de mil novecentos e noventa e quatro, realizou-se a primeira reunião da Sessão Ordinária do mês de Abril da Assembleia Municipal de Aveiro.

Dando cumprimento à Ordem de Trabalhos foram abordados os seguintes pontos que após discutidos mereceram a seguinte votação:

2 - JUNTAS DE FREGUESIA - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS  
SEDE - PRIORIDADES DE FINANCIAMENTO;  
APROVADO POR MAIORIA DE DEZOITO VOTOS A FAVOR E  
OITO ABSTENÇÕES.

3 - ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL NO CONSELHO GERAL DO HOSPITAL DISTRITAL DE AVEIRO.  
ELEITO O VOGAL JOSÉ ARMÉNIO SEQUEIRA PEREIRA, POR  
MAIORIA DE TREZE VOTOS.

A reunião foi interrompida durante a discussão do Ponto nº 4.

Submetida à votação, foi a presente acta em minuta aprovada por unanimidade.

Dado o adiantado da hora o Sr. Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos.  
Eram 00, Horas e 30 minutos do dia 30.

*António de Sousa Dias*

*António de Sousa Dias*

*António de Sousa Dias*